AS NOVAS DIMENSÕES DA HISTÓRIA

J.C. ALENCAR ARARIPE

Há um longo caminho a percorrer no Brasil para dar à História a preeminência que merece e que lhe tem sido negada. Longe, difícil e tormentoso caminho, porque os vícios estão enraizados, o presente é obsessivo, pela turbulência e dramaticidade, e suas concessões não são ao passado porque se dirigem ao futuro, em termos de projeções e previsões.

Formou-se uma mentalidade dentro da qual a História é velharia, é o que já foi, pertence aos arquivos e museus, traduz mera relembrança. A partir deste conceito a distância é curta para chegar-se à conclusão de que nada acrescenta ao momento que vivemos, muito menos aos dias porvindouros.

Tal estado psicológico não se forjou espontaneamente. Ajudou-o a corporificar-se o próprio cultor da história, que faz das suas pesquisas um meio de procurar raridades ou expediente para ostentar erudição. Esquece-se de que o material que manipula é um elo na cadeia do tempo e, como tal, deve ser situado para não evanescer na vala comum da inutilidade.

A nossa geração assistiu a estupendas transformações nos campos político, econômico, social, religioso, educacional, científico, militar. No livro "1994: o mundo de amanhã", Joseph Newman e Gerald S.Snyder observaram: "Tão surpreendente é o ritmo atual das mudanças, que nada fica como está por muito tempo. O homem progride com tanta rapidez, que as coisas já não se movem gradualmente. Dão saltos. Voam. Trazem-nos o futuro aos trambolhões."

Os mesmos escritores advertem-nos para esta estonteante realidade: "Há cento e cinquenta anos, a soma dos conhecimentos humanos duplicava-se a cada meio século. Perto de 1960 isto acontecia a cada dez anos, mas hoje o estudo da nossa atual "explosão" no setor de informação é tal que o saber humano se duplica de cinco em cinco anos. Ali por 2032, se as atuais tendências persistirem, a massa total da informação científica existente será, segundo se prevê, noventa e seis vezes maior que a de hoje. O conhecimento registrado, sob a forma de relatórios técnicos, seminários, diários de comércio, documentos e livros, se avoluma à fantástica razão de 500.000 páginas por minuto".

Por outro lado, acentuam-se as solicitações diversionais e, a cada dia, aumentam as concessões do tempo minguadamente disponível aos prazeres de uma sociedade hedonista. A palavra da moda é lazer. Mas só se pensa em lazer para atender ao corpo, não se cogita do lazer para servir ao espírito.

O mundo de ontem não atrai. Vive-se o presente febricitante, sob a influência que se acentua do mundo de amanhã. Mundo que sugestiona e preocupa, pelas promessas com que acena e pelas incertezas que desperta e aprofunda. Já se fala da futurologia como ciência.

Ainda existirá lugar para a História neste quadro que lhe é tão desfavorável e negativo? Compensará o esforço de criarem-se academias de História e mantê-las ao custo de sacrifícios e incompreensões?

Esquecer o passado é negá-lo, o que importa em afronta aos que nos antecederam. Tal atitude compromete nos alicerces o edifício da nacionalidade, que se sedimentou através de gerações interligadas pelo sangue, pela língua, pela religião, pelo trabalho.

As épocas não sobrevivem independentes. O Padre Antônio Vieira, no Sermão da Quarta-Feira de Cinzas, proferido em Roma, advertia-nos com a sua extraordinária clarividência: "Se quereis ver o futuro, lede as histórias e olhai para o passado; se quereis ver o passado, lede as profecias e olhai para o futuro. E quem quizer ver o presente para onde há de olhar? Não o disse Salomão, mas eu o direi. Digo que olhe juntamente para um e para outro espelho. Olhai para o passado e para o futuro, e vereis o presente. A razão ou consequência é manifesta. Se no passado se vê o futuro, e no futuro se vê o passado, segue-se que no passado e no futuro se vê o presente, porque o presente é o futuro do passado e o mesmo presente é o passado do futuro."

A História dá-nos a dimensão desse universo sem limites. É a ponte de intersecção. História que se faz com fatos e documentos, relembrando datas ou glorificando personalidades, história que se concretiza sobretudo interpretando, indo às causas e aos efeitos.

José Honório Rodrigues traça com precisão a diretriz: "O historiador não deve tratar somente de fatos, porém da significação que eles possuem. A história é uma estrutura carregada de valores, e para organizar a percepção do passado, a nossa lembrança cognoscitiva, temos que articular o inarticulado, estabelecer a interação dialética entre o que aconteceu e o que significou o acontecido." A seguir enfatiza: "A História não é só um processo acumulativo de elucidação documentada, mas um conjunto integrado de "traduções" interpretativas. Quando se consegue reunir ao fato reconstituido a interpretação, melhora-se a qualidade da história como apresentação linguística do passado".

Se tudo muda, tem de mudar também a maneira de formular a História. É preciso também desmitificá-la, recomenda ainda José Honório Rodrigues, purificá-la ou limpá-la dos mitos e dos preconceitos. A meu ver, é necessário igualmente reintegrá-la no antigo conceito de mestra da vida, revitalizando o sentido prático da sua indiscutível utilidade orientadora.

É eloquente o exemplo da Inglaterra, como lembrava, há pouco, o historiador Francisco Iglésias. O governo, ali, sempre se cercou de grandes mestres, como Toynbee, para assessorá-lo na apreciação dos problemas do

império e seu encaminhamento em diferentes áreas do mundo. Indago eu: não terá sido esse um dos elementos que concorreram para a Inglaterra descartar-se do colonialismo político e antecipar-se sabiamente a outros países no reconhecimento da realidade que chegava no após-guerra?

Busca-se, hoje, no Brasil, uma saída para o impasse institucional. Quem procurou, na história deste país e outros, subsídios que ajudassem a encontrar a fórmula mais conveniente e eficaz? Apela-se para a imaginação do político. Devia-se também apelar para o conhecimento do historiador.

Fala-se em constituinte e em anistia, formam-se as correntes a favor destas idéias e contra elas. A argumentação é pura e simplesmente política. Quando e em que circunstâncias aplicamos o remédio da Constituinte? Que lições, nesse tocante, recolhemos da experiência de outros povos? Quando houve anistia no Brasil? Que motivos a determinaram? Quais as consequências? Só o político tem vez. O historiador continua marginalizado, a não ser para discursos comemorativos.

É em meio a cogitações desta ordem que alcanço o patamar da Academia Brasileira de História na companhia de Fernando Câmara, diletíssimo amigo e apaixonado historiógrafo, homem de iniciativa e ação. Participa ele de idênticas preocupações e o propósito que o anima, como a mim, é o de concorrer para o prestígio da História e o sucesso da Academia no qual hoje nos integramos. Alegra-nos que nesta cerimônia seja conferido o título de Conselheiro a Luiz Sucupira, expressão de cultura de que o Ceará muito se envaidece.

ANTONIO BEZERRA

Quando se cogitava de dar ao subúrbio de Barro Vermelho o nome de Antônio Bezerra, um suave cronista e escritor de muitos dotes, Antônio Sales, incorporou-se à campanha e publicou uma página primorosa de lembranças e louvores.

Confessava, o autor de *Aves de Arribação*, ser contrário à substituição de antigas denominações locais por nomes de pessoas, sobretudo quando não são cearenses. "Mas que Barro Vermelho se passasse a chamar Antônio Bezerra, nada mais justo e apropriado".

Antônio Sales teve então palavras do mais franco e caloroso elogio à personagem que se pretendia homenagear, pondo em relevo as suas qualidades humanas e os merecimentos da obra que realizou com desprendimento invulgar. Mas confessava que o Ceará "nunca o soube recompensar dignamente".

Na cerimônia desta noite, ao empossar-se na Academia Brasileira de História, Francisco Fernando Saraiva Câmara reverencia, de maneira

especial, a memória de Antônio Bezerra. O insigne cearense é o patrono da Cadeira nº 35, que Fernando Câmara passa a ocupar.

Não entro no mérito da lamentação de Antônio Sales a que acima referi. Ressalto, no entanto, esta circunstância pouco comum: formou-se em torno de Antônio Bezerra uma auréola de simpatia e respeito que se mantém inalterável através dos anos. Quantos o conheceram ou se enredam na historiografia cearense exaltam o seu nome e proclamam o relevante papel por ele desempenhado.

Vamos por partes, se bem que a oportunidade não permita demasiado alongamento. Primeiramente, o homem: simples, bom, altruista, desambicioso, entusiasta das causas patrióticas, amante apaixonado do Ceará.

Não houve, ao seu tempo, movimento de que não participasse, incansável e vibrante. Estava sempre na linha de frente, corajosa e desinteressadamente. Se não o impulsionavam as naturais e legítimas preocupações da sobrevivência, muito menos propósitos subalternos.

Foi um dos grandes lutadores em favor da libertação do negro e seu empenho contra a escravatura levou-o ao jornalismo. Participou, ao lado de Antônio Martins e Teles Marrocos, da fundação de *O Libertador*, periódico de atuação marcante na campanha abolicionista.

Na imprensa ligou-se ainda aos jornais "A Estrela" e "Ceará", na categoria também de fundador, e "A Pátria", em Manaus, como diretor. Neste último periódico estampou uma série de crônicas que depois reuniu em livro, intitulado "O Ceará e os Cearenses".

Filiou-se a quase todas as entidades culturais que existiam no Ceará à sua época. Integrou o grupo dos 12 que criou o Instituto do Ceará; foi membro fundador da Academia Cearense de Letras e hoje é o Patrono da Cadeira Nº 4, que tem como ocupante o escritor Milton Dias; pertenceu à Padaria Espiritual e ao Centro Literário.

Não obstante a vida agitada que levou, no Ceará, no Amazonas e em São Paulo, "voluntarioso ao excesso", parecendo ter, como observou João Brígido, "um fogão no crânio", foi um homem profundamente devotado aos estudos. Não colocou no dedo o anel de bacharel, mas conquistou uma soma imensa e variada de conhecimentos no universo do saber.

Nos seus escritos há provas exuberantes da cultura geral de que era detentor. Às vezes, a divagação parece um tanto forçada, o exemplo invocado ou a citação pura e simples de uma pessoa ou de um local nada acrescenta na formulação do pensamento. Além do mais, não tinha um estilo apurado. Certa feita, ele próprio advertiu para esse aspecto. Evidente, contudo, em Antônio Bezerra que se tratava de um espírito de elite, versado em literatura, arte, história, geografia, botânica e zoologia.

Indiscutível o seu pendor para as ciências naturais. Onde, porém, ganhou mais notoridade foi exatamente no campo da historiografia, pelas

pesquisas que promoveu e pelo sentido crítico com que encarava os fatos e os analisava.

Nesse seara, *Algumas origens do Ceará* é um marco. Porque desfez equívocos em torno de certas realidades econômicas e sociais, notadamente no que respeita ao povoamento do Jaguaribe e do Vale do Cariri.

João Brígido acabara de publicar *Efemérides do Ceará* na revista do Instituto, 1º e 2º trimestres de 1901. Não tardaram as retificações de Antônio Bezerra, divulgadas já no número seguinte do mesmo periódico e depois enfeixadas em volume .

Não se limitou, é claro, a dizer que isto e aquilo encerravam enganos e distorções. Afirmou e comprovou com documentos, que só ele detinha. Abriu clareiras definitivas no desvendamento do nosso passado.

Ao contrário de *Algunas origens do Ceará*, uma leitura cansativa, o livro *Notas de viagem no Norte do Ceará* proporciona-nos um agradável passeio, na década de 1880, por cidades, vilas e povoados daquela região.

É um depoimento curiosíssimo de quem via tudo: a flora, a fauna, a terra, com seus encantos e sugestões, o homem e seus costumes. *Notas de Viagem*, originariamente estampadas em folhetins do jornal "Constituição", encerram páginas de indiscutível valor, entre elas sobressaindo as dedicadas à Gruta de Ubajara, uma descrição obrigatoriamente antológica e que acredito seja a melhor que já se escreveu sobre o recanto famoso.

Em 1965, nas edições comemorativas do 10º aniversário de instalação da Universidade Federal do Ceará, o livro de Antônio Bezerra, que era uma raridade bibliográfica, foi reeditado juntamente com outras obras esgotadas. Um alentado volume de 428 páginas, com prefácio de Raimundo Girão.

No afã com que pesquisava, na busca da verdade histórica sobre o Ceará, Antônio Bezerra não sentia desfalecimento. Morreu aos 80 anos e manteve-se nessa postura indormida enquanto não lhe faltou alento.

É tocante o depoimento de Antônio Sales: "Foi ali (referia-se à sua casa no subúrbio de Barro Vermelho) que o grande, bom e pouco ditoso cearense construiu o modesto abrigo em que passou a maior parte de sua maturidade e velhice, a trabalhar sempre e infatigavelmente para tornar conhecidas a natureza e a história de nossa terra.

Lá o vi várias vezes, na sala que lhe servia de gabinete, forrada de toscos armários pesados de alfarrabios e rolos de documentos, dos quais ele extraía, com uma paciência de monge beneditino, os dados necessários ao seu trabalho sobre a História do Ceará. Numa mesinha em frente à dele, uma de suas filhas, adestrada na arte de decifrar as garatujas dos escribas, traçadas a tinta já evanescente em papel amarelado pelo tempo e cheio de riscos e rasgões, copiava as passagens indicadas por seu pai.

E era um espetáculo estranho e comovente ver, naquele cenário aldeão, nosso velho cronista, doente e desiludido, consumindo seus últimos

dias de vida na faina de servir à sua terra, a desencavar e estudar os fatos do seu passado''.

Ao apontar Antônio Bezerra, em lista de cinco nomes, como o preferido para Patrono da Cadeira Nº 35, que agora lhe pertence, na Academia Brasileira de História, quis Fernando Câmara exaltar um eminente conterrâneo, como ele, filho de Quixeramobim. Mas também desejou oferecer sua contribuição pessoal à glória maior de um luzeiro da historiografia cearense.

TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE

No centenário do Tribunal de Justiça de São Paulo, transcorrido a 3 de fevereiro de 1974, foi editada uma publicação sobre os 100 anos da Egrégia Corte, desde a instalação aos dias atuais, e as grandes figuras que nela pontificaram. Uma presença ganha relevo em meio a tantas outras de merecida projeção: a do conselheiro Tristão de Alencar Araripe. Não só porque, como desembargador, compôs o Tribunal de Relação da Província de São Paulo de Piratininga, como, sobretudo, porque o instalou, e foi o seu primeiro Presidente. E Presidente com merecimento.

Os jornais da época, como ''Onnibus'', ''A Ordem'', ''Diário de São Paulo'' e ''Correio Paulistanó'', não tiveram um comportamento uniforme com relação ao acontecimetno em si: a paixão partidária turvava o ambiente. Mas todos registraram com simpatia e louvor a palavra do conselheiro Tristão de Alencar Araripe. O discurso do magistrado foi qualificado de magnífico e notável.

Com efeito, é uma peça que faz honra ao seu autor. Tristão relembra os paulistas consagrados pelo patriotismo, pela cultura e pelo valor moral; destaca a contribuição da terra bandeirante para a conquista de marcantes sucessos políticos, sociais e econômicos; ocupa-se, com propriedade, da vida judiciária; põe em relevo o alcance dos novos tribunais; discorre sobre a função do juiz e do advogado.

Anota o livro sobre o centenário do Tribunal de Justiça de São Paulo, a que acima aludi: ''A oração de Tristão de Alencar Araripe, proferida como primeiro presidente desta casa, passou à posteridade. Sua leitura cem anos depois coloca-nos diante de uma lúcida inteligência que o tempo se encarregou de reafirmar através de seus livros, de sua vida de magistrado e de suas atividades políticas''.

''É, por sem dúvida, um dos maiores cearenses, de todos os tempos'', diz o escritor Hugo Victor Guimarães, no livro *Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará*. E, na verdade, não se trata de uma afirmação leviana.

Na sua vida pública há uma singularidade que o distingue sobremaneira: foi o cearense que ocupou as mais destacadas funções nos três poderes. No Judiciário, foi juiz, desembargador das Relações da Bahia, São Paulo e da Corte, no Rio de Janeiro, ministro do Supremo Tribunal de Justiça, no Império, e do Supremo Tribunal Federal, na República. No Legislativo, elegeu-se deputado provincial do Ceará e presidiu a Assembléia; representou o nosso Estado como deputado geral. No Executivo, exerceu o cargo de Chefe de Polícia no Ceará, em Pernambuco e no Espírito Santo; ocupou a presidência das Províncias do Rio Grande do Sul e do Pará e foi Ministro de Estado no Governo Deodoro, Pastas de Justiça e Fazenda, esta, em caráter interino.

A serviço da Justiça, nos entreveros do Parlamento ou nas ações governamentais, onde quer que se encontrasse, Tristão de Alencar Araripe exercitava ao mesmo tempo as atividades de escritor. Daí, a vasta e variada produção que nos legou, com trabalhos de natureza jurídica e apreciação histórica.

Veja-se, por exemplo, "Guerra Civil do Rio Grande do Sul", memória lida por Tristão no Instituto Histórico e Geografico do Brasil, e sobre a qual Araripe Junior, seu filho, ofereceu este depoimento: "A história da guerra civil do Rio Grande do Sul é um documento vibrante dos irresistíveis instintos do conselheiro Araripe para esse gênero de escritos. Foi preparada e em parte elaborada ao tempo em que o autor exercia as funções de Presidente da ex-província do Rio Grande. E o que mais admira é que ele, em um período tormentoso, como foi o daquela presidência, tivesse tido tempo e calma para revolver arquivos e prestar atenção a assuntos tão antipáticos a quem se vê solicitado, a todo instante, pela necessidade de estar em vigília diante de políticos insôfregos e amotinados por ambições eleitorais".

No rol dos estudos que empreendeu, avulta *História da Província do Ceará* (Desde os tempos primitivos até 1850). Não obstante o título explicativo ou complementar, a primeira parte da obra editada em 1867, em Pernambuco, não cobre todo o período enunciado. Alcança até 1799, o que é profundamente lamentável.

No prefácio de *História da Província do Ceará*, Tristão de Alencar Araripe expressa os sentimentos que o norteiam quanto ao trabalho a que se propõe. "Historiando os nossos sucessos, pagamos à Pátria tributo de cidadão; e como progênie veneramos a memória dos nossos antepassados, cujos exemplos de virtudes assim se avivam dos presentes e vindouros. Nada excita tanto o esforço do homem para o bem como a recordação das nobres ações dos seus maiores. Suprima-se o exemplo do passado, e teremos a humanidade sempre no berço da infância, sempre nos jogos pueris, falta do poderosíssimo auxílio da experiência".

E, mais adiante: "Vendo quanto obraram os nossos antecessores, conheceremos a quanto estamos obrigados. Não somos cidadãos de um grande império pela simples coincidência do acaso; devemos sim essa fortuna ao esforço de nossos pais".

Tristão lançou-se à ingente tarefa de escrever a hitória do Ceará levado também por superiores motivos pessoais, de família e de cearensismo. Nos preparatórios - salienta - manuseou compêndio no qual aparecem como vândalos os cearenses que foram ao Piauí e ao Maranhão lutar pela independência. Anos e anos depois, vê envolvidos em versões depreciativas e errôneas os nomes de seu pai, o patriota Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, e do seu tio, senador José Martiniano de Alencar. Personalidades com as quais contraímos uma dívida de respeito e veneração eram tratados de modo a despertar revolta. "Muitas vezes - frizou - os fatos são deturpados, e assim passam às gerações futuras. Cumpre ao amigo do seu país não deixar passar falsidades, que desvirtuam sacrifícios e maculam ações generosas".

Eis por que deplorei não haver Tristão completado as tarefas do plano idealizado e ao qual não faltaria a documentação comprovadora anunciada enfaticamente. É que muita luz teria lançado sobre episódios relativamente aos quais pairam interpretações cavilosas e depreciativas de ocorrências e homens merecedores de um outro lugar na História, como já começam a ter, em plano nacional, por força da projeção que lhes dão mestres da estatura de José Honório Rodrigues.

Sobre a nossa participação nas lutas emancipacionistas, ainda publicou, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, *Expedição do Ceará em auxílio do Piauí e Maranhão* e *Independência no Maranhão*, sendo que este último foi reproduzido parcialmente pela Revista do Instituto do Ceará em 1901. O conselheiro Araripe defendeu a tese de que a vitória nacionalista não resultou dos esforços de Lord Cochrane, mas de deveu à força comandada por José Pereira Filgueiras e da qual era um dos chefes o seu pai, Tristão Gonçalves de Alencar Araripe. Uma epopéia, de que poucos se ocuparam e não teve ainda o realce merecido.

Não há registros de escritos seus sobre as revoluções de 1817 e 1824, em que a sua família se envolveu animosamente. O Barão de Studart, que no *Dicionário Bio-Bibliográfico*, terceiro volume, relacionou discursos, conferências, artigos e livros do Conselheiro, não fez qualquer referência a estudos seus sobre aqueles eventos.

É uma pena que assim tenha acontecido, isto é, que não haja prestado o seu depoimento sobre as gloriosas jornadas. Do pai não poderia falar com conhecimento próprio. Nasceu a 7 de outubro de 1821, quando Tristão Gonçalves, o patriota, na companhia da esposa, a heroina Ana Triste, dirigia-se ao Crato de regresso da Bahia, onde estivera preso durante anos por seu envolvimento na revolta de 17. Quando tinha pouco mais de três anos ocorreu a tragédia de Santa Rosa. Ficou órfão. Que a mãe, no luto

perpétuo que adotou, não lhe falasse das procelas enfrentadas estoicamente. Mas o senador Alencar, seu tio, e que o amparou, era repositório de revelações preciosíssimas de quem tramara e se envolvera a fundo nas conspirações.

A *História da Província do Ceará* não chegou a 1850, como era previsto. Até onde atingiu, entretanto, representa, como salientou José Aurélio Câmara, "tentativa verdadeiramente notável para a época, de unificação de fatos esparsos da História do Ceará, dando-lhes forma e encadeamento".

Quando se cogitou, no Instituto do Ceará, da reedição de obras raras da historiografia cearense, e José Aurélio amealhou recursos para a empresa, foi exatamente pelo livro de Tristão que começou a coleção infelizmente interrompida. A inciativa significou o reconhecimento tácito da importância da *História da Província do Ceará* e o seu inequívoco pioneirismo. Tristão fora "o arquiteto das fundações, o operário da obra rude e esquecida, a mais penosa e a menos lembrada, sobre a qual levantariam outros o edifício com melhor ferramenta e, por isso mesmo, com mais brilho e perfeição".

A conduta política do conselheiro Araripe não escapou a críticas. E quem, engajando-se na militância partidária, gozou de tamanho privilégio? Muito menos ele, que foi aguerrido, ocupou a primeira fila dos combatentes, estivesse no Partido Liberal ou no Conservador.

O Barão de Studart ressalta esta sua atitude como ironia do destino: seu pai, Tristão Gonçalves, rebelou-se contra D. Pedro I porque este dissolveu a Constituinte; ele assinou com Deodoro o decreto que acabou com a primeira assembléia geral da República, também Constituinte, e participou da promulgação da Constituição de 24 de fevereiro.

João Brígido não o perdoou porque, tendo servido à Monarquia, foi dos primeiros a apoiar a República. Quantos assim não procederam, a começar pelo próprio Marechal Deodoro?

O fundador e primeiro Diretor de "Unitário" não lhe faltou, porém, com um preito de justiça no necrológio que lhe dedicou. Pôs em evidência seus incontestáveis merecimentos como magistrado, deputado, presidente de Província e historiador, ornamento do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. De uma bravura sem disfarce, diz João Brígido que em tumulto na cidade de Porto Alegre, ocorrido quando era Presidente, mostrou "uma coragem tão fria e indomável, que impôs respeito às turbas indisciplinadas, que o quiseram atemorizar". Tendo perlustrado altos postos de mando, morreu pobre e limpo.

A galeria dos que cultuaram a História do Ceará é adornada por uma riqueza humana de inapagável refulgância. Tristão de Alencar Araripe compõe o quadro de notabilidades de que muito nos orgulhamos. Foi o primeiro a revolver os arquivos da Província, foi um pioneiro. Ao ingressar na Academia Brasileira de História, erigi-o como o que reunia as minhas

preferências para ser o Patrono da Cadeira Nº 56, que ocupo a partir de agora. Curvo-me reverente ante a sua memória.

Senhoras e Senhores:

O nosso agradecimento, afetivo e amigo, por presenças ilustres e honrosas a esta solenidade, abrilhantada pelo comparecimento do gaúcho Dante de Laytano, Presidente da Academia Brasileira de História, e do paulista Marco Antônio Rangel Pestana de Campos Sales, e que se dignou de dirigir-nos a saudação oficial.

Muito obrigado.

(*) Discurso de agradecimento pronunciado na solenidade de posse como membro da Academia Brasileira de História, em sessão realizada na sede do Instituto do Ceará, em 9 de Março de 1978.